

REDES SOCIAIS E A PRODUÇÃO DE EFEITOS DE SENTIDO DO DISCURSO POLÍTICO SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

SOCIAL NETWORKS AND THE PRODUCTION OF EFFECTS OF MEANING BY THE POLITICAL DISCOURSE ON THE SOCIAL SECURITY REFORM

Iza Maria Pereira ²³

Jonas Yuri Carlos da Costa ²⁴

Sancha Wallessa da Silva César ²⁵

RESUMO: As tecnologias de informação democratizaram a internet e alteraram as dinâmicas sociocomunicativas das sociedades que sofreram essa interferência/impacto. Apresentou ao indivíduo um ciberespaço ou sociedade em rede onde as pessoas se expressam e se relacionam, produzem e compartilham conteúdos, saberes, sentidos, formas de pensar e ver. Considerando esse contexto, o objetivo desse trabalho é analisar o processo de produção de sentidos pelo discurso político sobre a Reforma da Previdência através da propaganda institucional. Para tanto, usamos como referencial teórico a Análise do Discurso de orientação francesa, mobilizando conceitos como discurso, poder e posição-sujeito a partir dos postulados de Michel Foucault e com contribuições de outros estudiosos da área. Abordamos, também, aspectos da Semiologia História postulada por Courtine para o interior da Análise do Discurso, no trabalho conjunto do verbal (linguístico) e o visual (semiológico) de interpretação das estratégias discursivas e a produção dos efeitos de sentido. Para fins de constituição do objeto de análise desse trabalho foi escolhido o gênero propaganda. Assim, analisamos duas postagens produzidas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e veiculados na página oficial do partido no *facebook*, nos dias 02 e 04 de março de 2017. A partir da análise do *corpus* foi possível mapear os ditos (e os não ditos) sobre a reforma da previdência, identificando as estratégias discursivas na produção de efeitos de sentido operado pela propaganda oficial.

PALAVRAS-CHAVE: Redes sociais. Reforma da Previdência. Discurso político. Poder. Efeitos de sentido.

²³ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - PPCL, do Departamento de Letras Vernáculas - DLV, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mossoró, Brasil. E-mail: iza.pereira@ufersa.edu.br

²⁴ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - PPCL, do Departamento de Letras Vernáculas - DLV, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mossoró, Brasil. E-mail: yuucosta@hotmail.com

²⁵ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem - PPCL, do Departamento de Letras Vernáculas - DLV, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Mossoró, Brasil. E-mail: wallessacbn@gmail.com

ABSTRACT: Information technologies have democratized the Internet and altered the sociocommunication dynamics of societies that have suffered this interference/impact. They presented to individuals a cyberspace or network society where people express and relate to each other, produce and share contents, knowledge, meanings, ways of thinking and seeing. Considering this context, the objective of this paper is to analyze the process of production of meanings by the political discourse on the Reform of Social Security through institutional propaganda. For this, we use the French-oriented Discourse Analysis as a theoretical reference, mobilizing concepts such as discourse, power and position-subject from the postulates of Michel Foucault and with contributions from other scholars in the area. We also approach aspects of Semiology History postulated by Courtine for the interior of Discourse Analysis, in the joint work of verbal (linguistic) and visual (semiological) interpretation of discursive strategies and the production of the effects of meaning. In order to develop the object of analysis of this paper, the propaganda genre was chosen. Thus, we analyzed two posts on a social media produced by the *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* - Party of the Brazilian Democratic Movement (PMDB), posted on the party's official page on Facebook, on March 2nd and 4th, 2017. From the analysis of the corpus, it was possible to map the sayings (and the ones not said) about the social security reform, identifying the discursive strategies in the production of meaning effects operated by the official propaganda.

KEYWORDS: Social networks. Social Security Reform. Political discourse. Power. Effects of meaning.

1 INTRODUÇÃO

Os pressupostos da Análise de Discurso de linha francesa explicam que não há língua sem discurso, nem discurso sem língua. E ainda, não há acontecimentos sem atos de sujeitos e nem atos de sujeitos fora dos acontecimentos. Ou seja, quando se fala em discurso, pensa-se nos enunciados que os indivíduos produzem em determinadas situações, onde assumem posições de sujeito. E quando se fala de sujeitos, atenta-se também às condições de produção e aos dispositivos comunicacionais referentes a esses enunciados.

Dessa forma, como o indivíduo se faz sujeito a partir do lugar social que ocupa e posições que assume na prática discursiva, esse artigo visa refletir acerca dos efeitos de sentido do discurso político no espaço digital, de maneira especial nas redes sociais, a partir do levantamento de alguns questionamentos: Que sujeito é esse que fala? Para quem ele fala? Por que a escolha de discurso e não outro? Quais os efeitos de sentido produzidos por esse discurso?

Certos que o mundo digital proporciona novas formas de relacionamento, com novas condições de produção, que dão origem a novas linguagens e discursos diferenciados, serão analisados o sujeito enquanto enunciador, sua função no ato da enunciação e as condições de produção desse discurso, sua heterogeneidade, interdiscurso e memória discursiva. Serão abordados também conceitos de espaço digital, esfera pública, semiologia histórica e discurso político a fim de compreender melhor a pluralidade de linguagens textuais, visuais e extralinguísticas.

Como objeto de análise desse trabalho, selecionamos duas postagens produzidas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e veiculados na página oficial do partido no *facebook*, nos dias 02 e 04 de março de 2017.

2 DISCURSO POLÍTICO NAS REDES SOCIAIS: NOVAS FRONTEIRAS PÚBLICAS

A chegada do mundo digital promoveu transformações essenciais nas relações sociais, propiciando novas formas de ver o mundo e fundindo uma nova fronteira de confrontação política que atua ampliando informações, abrindo espaço para novas vozes, reinterpretando outros sujeitos e viabilizando um sistema democrático muito mais participativo, real e interacional como jamais experimentado em tempos passados. Para Raquel Recuero (2009, p.24), é importante analisar nesse contexto interacional “o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada por computador e como essas interações são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas”. Ou seja, as redes sociais na internet não são apenas um “conceito”, mas um operador de ações que contém um espaço de deliberação pública.

De acordo com Gomes (2005), a internet permite aos cidadãos alcançar outros cidadãos, possibilitando a quem interessar participar do jogo democrático através de informação política que compreende também uma terceira via entre a democracia representativa e a democracia direta, num espectro de esperança que possibilita espaços discursivos digitais que fomentam a participação concreta dos cidadãos. Assim sendo, conectados em rede, os participantes possuem uma oportunidade de interação representacional e amplo intercâmbio de informações

entre eles, sumarizando algumas vantagens democráticas promovidas pelas redes sociais, como: a superação dos limites de tempo e espaço para participação política; conforto, custo e conveniência; facilidade de acesso, qualidade do estoque de informações; ausência de filtros; interatividade e abertura para as vozes excluídas e minoritárias.

Levy (2010, p. 14) corrobora que esse quadro afeta domínios essenciais do cidadão e aumenta a possibilidade de poder do povo que adquire capacidade para pressionar governos por “transparência, abertura e diálogo” em um cenário que expõe lutas e reivindicações dos atores engajados politicamente, que atua em contrapartida à ideia de que “a democracia tem sido sequestrada por profissionais da política que, em sua diversidade, estão quase todos de acordo em que a política é coisa de políticos, não dos cidadãos” (CASTELLS, 2003, p.179). Castells destaca ainda o surgimento de um espaço híbrido, um espaço em rede entre o ciberespaço e o espaço urbano, onde ambos se conectam numa interação implacável de comunicação autônoma, propiciando às pessoas que nunca se movimentaram nesse sentido a oportunidade de participarem do processo. “O ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica global em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques” (CASTELLS, 2003, p114).

Tanto o hibridismo entre o espaço geográfico e digital, defendido por Castells, quanto o hibridismo sígnico e midiático da linguagem que expande as formas comunicativas e se ajusta aos limites e possibilidades de expressão do novo meio (SANTAELLA, 2003, p.114), que é próprio do ciberespaço, afeta diretamente os conceitos de espaço público e esfera pública propostos por Habermas (2003). Primeiramente, entende-se por público todos os eventos que contrapõem as sociedades fechadas e que são acessíveis a qualquer indivíduo. Logo, as redes sociais na internet são consideradas como um espaço público, isenta de intermediários os reguladores, que possibilita novas maneiras dos sujeitos se posicionarem. “O sujeito dessa esfera pública é o público enquanto portador da opinião pública” (HABERMAS, 2003, p. 14). Assim, a noção de espaço público nas redes sociais permite pensar a democracia como uma proposta política de visão crítica aberta a todas as classes, proporcionando um tipo de prática em que a arena e o palanque evidenciam os antagonismos e se abre para a disputa de projetos

políticos, transformando um espaço restrito à classe dominante ao seu sentido participativo que exige a participação dos sujeitos.

Em suma, Telles (2011) afirma que a noção de espaço público redefine a compreensão de sociedade civil, que não mais se estrutura de acordo com as regras que organizam os interesses privados, mas em relações sociais mediadas pelo reconhecimento dos direitos e representações de interesses que conferem legitimidade a conflitos nos quais medidas de igualdade e justiça transformam-se em objetos de debates sempre abertos a negociações.

Qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído através da linguagem. Em princípio, ele está aberto para parceiros potenciais do diálogo, que se encontram presentes ou que poderiam vir a se juntar (HABERMAS, 2011, p. 93).

A partir de desse espaço entende-se esfera pública, de acordo com Jürgen Habermas, como uma teoria democrática, uma esfera na qual atores sociais se organizam e se mobilizam em torno de problemas que atingem uma comunidade virtual em comum, e por meio da ação política os trazem à tona, tematizando-os, problematizando-os e dramatizando-os de modo convincente a ponto de sensibilizar o complexo social e parlamentar. Nessa teia comunicativa, a esfera pública agrega diversos tipos de entidades que atuam em um jogo de forças para estabelecimento de relações de poder. “Implicando apenas o domínio de uma linguagem natural, ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana” (HABERMAS, 2011, p. 93).

Mesmo que ainda existam obstáculos de comunicação e conectividade - uns internautas mais favorecidos que outros - e de credibilidade, - a velocidade e o excesso de informação deixam o indivíduo desconfiado e menos capaz de efetuar julgamentos de valor adequados -, é inegável que a chegada da internet e a criação das redes sociais proporcionaram condições necessárias de interação e formação de opinião pública mais democrática, potencializando a construção das esferas públicas, alterando as relações de poder e fortalecendo o posicionamento crítico dos sujeitos.

3 A ANÁLISE DO DISCURSO: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A Análise do Discurso (AD) oferece um aparato teórico que contribui de forma relevante para os estudos e compreensão dos acontecimentos sociais interpelados ou propagados nas e pelas práticas discursivas a partir de sujeitos que produzem, que mobilizam sentidos sobre elas a partir de suas categorias de análise que levam em consideração o discurso como social e histórico, oferecendo-nos possibilidades de pensarmos esse sujeito e essas práticas discursivas.

Iniciamos essa discussão partindo da noção de discurso. Discurso é aquilo que foi efetivamente produzido em um dado momento. Fernandes (2012, p. 16) explica que “a noção de discurso implica considerar as condições histórico-sociais de produção que o envolvem e determinam-no”. Nesse sentido, discurso é uma prática social, historicamente determinada.

Ao analisar os discursos em sua inscrição histórica, como acontecimentos, Foucault (2009) busca estabelecer regularidades que permitam investigar como se formam ou ocorrem as relações de saber/poder e como elas se relacionam e engendram os acontecimentos históricos e sociais.

Nesse contexto, é preciso compreender o conceito de enunciado que constitui a unidade do discurso. Para Foucault (2009, p. 31),

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui.

Nesse sentido, o enunciado é um acontecimento discursivo. É uma construção que surge em determinados contextos sociais, históricos, institucionais. Portanto, estudar o enunciado é buscar compreender as condições ou motivos que possibilitaram o seu surgimento nesses contextos. Essa é uma das formas de se percorrer a compreensão da constituição dos sentidos, pois ele se dá no jogo de relações que o constituem.

Se constituindo nessa relação com a história, o discurso é marcado pela heterogeneidade, ou seja, a presença de outros discursos (interdiscurso), um já-dito que circula na memória social e que adquire (re)significação quando utilizado

nessas novas práticas discursivas. Portanto, o discurso é marcado por enunciados que já circulam socialmente e que mantém com outros discursos uma relação dialógica que constitui a interdiscursividade.

A memória discursiva regula, controla o que em uma determinada prática discursiva vai reaparecer ou o que vai ser rejeitado. É a memória, portanto, que vai recuperar ou eliminar o passado, ressignificar os discursos e produzir determinados efeitos de sentido de acordo com o contexto histórico e social.

O discurso, enquanto prática discursiva, está inserido num jogo de relações de poder, regulado e modificado por leis, conforme afirma Foucault (2014, p. 8)

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Nesse sentido, o discurso está sujeito a mudanças e (re)significações, pois sua produção é controlada e organizada por procedimentos, técnicas que visam a determinar aquilo que pode ser dito em um certo momento histórico. Isso explica o aparecimento de determinados discursos e o apagamento de outros. Segundo Gregolin (2007), essas duas formas, o silenciamento e a exposição, são duas estratégias que controlam os sentidos e as verdades.

Alguns desses acontecimentos retornam com mais frequência, pois tem mais força na memória discursiva. Ao se inscrever na história, esse acontecimento adquire uma forma, uma materialidade que estará disponível para aparecimentos futuros. Assim, o acontecimento discursivo entra para a história e para a memória.

Essa ordem, esse controle do que pode ou não ser dito pelos sujeitos dentro de uma prática discursiva é determinado pela formação discursiva. É a partir dela que se busca compreender o processo de produção de sentidos em uma prática discursiva. Assim, os dizeres seguem normas de regulação que são orientadas no domínio da formação discursiva que o sujeito foi ou está inserido.

O sujeito, então, é reconhecido como tal pelas diferentes posições que ocupa nas relações sociais que participa. Ele inscreve seu discurso de um determinado lugar, tempo e é representação desse espaço social. Portanto, o sujeito é social e determinado pela formação discursiva assim como seus dizeres. É neste sentido

que para Pêcheux (2002) os sentidos não existem por si só, mas são determinados pelas posições postas em jogo no processo sócio-histórico de sua produção. Pensar os sentidos como históricos é considerar que eles se estruturam e se articulam na história, ou seja, no e pelo contexto sócio-histórico, sendo fixados, recuperados e reformulados através da memória.

Os efeitos de sentido não se estruturam e se articulam somente pela materialidade textual (verbal), mas, também, pela materialidade não verbal (semiótica), como veremos a seguir.

4 SEMIOLOGIA: SINCRETISMO DOS ENUNCIADOS

Trazer a Semiologia nesse trabalho representa uma forma de expandir os espaços de interpretação e leitura do nosso *corpus*. Assim, analisaremos os enunciados selecionados para além da materialidade linguística, a fim de dar conta das especificidades da linguagem não verbal e que influenciam conjuntamente na produção de sentidos pelo sujeito.

Portanto, a Semiologia se apresenta como uma possibilidade de diálogo com a Análise do Discurso na interpretação dos sentidos cuja materialidade não é exclusivamente linguística, verbal. Portanto, não se tratar de uma análise em separado, mas trazendo as possíveis contribuições da Semiologia História para o interior da Análise do Discurso, no trabalho conjunto do verbal e o visual na produção dos sentidos.

A existência e a abordagem de categorias analíticas que permitem a descrição e interpretação das materialidades não verbais se intensificam devido ao papel desempenhado pela mídia na veiculação dos discursos. Um exemplo disso é o discurso político que ganhou uma amplitude nas formas de circulação, divulgação e abrangência devido à popularização dos meios de comunicação, especialmente a internet, e incorporou os mais diversificados modos de materialização tanto verbal como não verbal. Ademais, as imagens exercem atualmente um papel fundamental, elas são operadoras de simbolização (GREGOLIN, 2011).

Segundo Sargentini (2011, p. 1690), “o discurso político respondendo a uma mudança acentuada em seu regime de discursividade, devido às mídias e suas novas tecnologias, já não estaria mais circunscrito ao enunciado linguístico, mas em

outro lugar. Esse outro lugar se refere às outras materialidades do discurso, quais sejam: gestuais, imagéticas (tons, cores, formas etc), sonoras. O enunciado, portanto, não se reduz ao aspecto linguístico. Dessa forma, o enunciado deverá ser analisado, também, por esses aspectos, contemplando as imagens, os gestos, as falas e até a expressão sonora.

Nesse sentido, recorreremos aos postulados de Jean-Jacques Courtine cujo trabalho esboça métodos de análise semiológica voltado, especificamente, para o discurso político, o que favoreceu o surgimento da Semiologia Histórica, podendo nortear esse trabalho de análise discursiva de enunciados materializados na forma não verbal.

A Semiologia abre a possibilidade de leitura da intencionalidade do sujeito a partir da análise de aspectos manipulados como “cores, texturas, luz, sombreamento, preto-e-branco, envelhecimento, no fundo do texto ou da imagem, dentro das fontes dos títulos e subtítulos” (MARQUES, 2012, p.10) em determinados enunciados.

Marques (2012) faz mais observações sobre outros aspectos que podem ser manipulados nos enunciados pelos sujeitos para produção de sentidos específicos. Vejamos:

O leiaute, por sua vez, envolve a distribuição espacial dos objetos que compõem a matéria, incluindo, também, as medidas e disposição desses elementos, estejam eles na página ou em qualquer outra superfície que os recebe. Além disso, envolve o planejamento tipográfico e sua organização: o uso de fontes, fotografias, imagens e outras minúcias que o integram (MARQUES, 2012, p.10).

Nesse trabalho de composição das imagens, estas também obedecem a uma *ordem do discurso*, a uma *ordem do olhar*, conforme Gregolin (2011, p. 91). Elas não aparecem de todo jeito e em todo lugar. É determinado o que deve ou não ser mostrado, enfatizado. Há escolha de determinada imagem e não de outra. Essa determinação corrobora para os efeitos de sentidos, muitas vezes diversificados, e fortalecem os efeitos de verdade no interior desses discursos.

Dessa forma, há também o agenciamento da materialidade discursiva não verbal, podendo, a qualquer momento, ser retomado, transformado, ressignificado através da memória.

Essas escolhas são reguladas pelas relações de poder que são imanentes às práticas discursivas. É através dos discursos que os sujeitos se utilizam de determinadas técnicas para se beneficiarem e alcançarem o poder. Essas técnicas são percebidas muitas vezes de forma sutil, através de detalhes, indícios, nos discursos. De forma correlata, podemos associar que o uso de determinada cor, o enfoque a alguma imagem ou o tamanho e a cor de uma fonte se dão de forma intencional, planejada com o intuito de alcançar objetivos específicos, como técnicas utilizadas pelos sujeitos para demarcação das relações de poder.

A articulação entre o linguístico (verbal) e semiológico (imagens) é a proposta analítica desse trabalho.

5 ANÁLISE DO CORPUS

O presente estudo objetiva refletir acerca dos efeitos de sentido do discurso político no espaço digital, de maneira especial nas redes sociais, a partir de duas postagens produzidas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e veiculados na página oficial do partido no *facebook*, nos dias 02 e 04 de março de 2017.

A opção pelo espaço digital, na definição do *corpus*, observou as vantagens promovidas pela democratização das redes sociais, garantindo uma participação política para além dos limites de tempo e espaço, com menor custo e maior facilidade, sem filtros para as vozes excluídas e minoritárias.

A fim de viabilizar o desenvolvimento da pesquisa, optamos por utilizar o acervo teórico e metodológico da Análise do Discurso de tradição francesa, em especial o método arqueológico. Segundo Santos (2010), a perspectiva arqueológica trabalha o método de pesquisa a partir da noção de *trajeto temático*. Nesse sentido, Assis (2014) afirma que o raciocínio arqueológico é fundado na possibilidade de descrever as regularidades nas dispersões.

Nesta perspectiva teórica e metodológica, pretende-se observar as regularidades no trajeto temático acerca da Reforma da Previdência Social, que

foram veiculadas por meio da página de *facebook* do PMDB, a fim de detectar regularidade de objetos, conceitos, estratégias e séries enunciativas (ASSIS, 2014).

Como forma de instrumentalizar tal pretensão, buscamos fundamento teórico nas categorias de análise da AD, em especial a noção de enunciado, formação discursiva, memória e interdiscurso, que serão fundamentais ao desenvolvimento desta análise. Além disso, também utilizamos aspectos teórico-metodológicos da Semiologia Histórica de Courtine, como forma de ampliar a leitura e interpretação do corpus em seus aspectos não verbais.

Interpretar e descrever e os efeitos de sentidos produzidos pelo trabalho discursivo a ser analisado exige que situemos os elementos que nele são agenciados, principalmente a posição-sujeito que o enunciador ocupa no momento histórico da produção do enunciado, que vai determinar e regular as relações de poder estabelecidas.

O contexto de produção das postagens analisadas se deu no período de formulação da proposta da Reforma da Previdência. O governo atual, como propulsor da referida reforma, liderado por um peemedebista, e sua base aliada trabalhavam arduamente para promoção da adesão pública.

Figura 1: Se a reforma da Previdência não sair...



Fonte: Facebook do PMDB Nacional.
Disponível em <<https://www.facebook.com/MDBNacional15/>>.

No plano da materialidade, a **Figura 1**, publicada no dia 02 de março de 2017, optou pelo uso de tons sombrios para caracterizar uma cidade em trevas. Nela não há carros ou pessoas transitando pelas ruas. É possível verificar que os prédios estão encobertos com uma névoa escura, não havendo nenhuma espécie de iluminação (natural ou artificial) seja no céu ou nas ruas. O cenário apresentado é de caos, abandono e negatividade.

Tomando como base essa cidade escura e abandonada, observemos, no enunciado verbal, o uso da fonte em caixa alta e do tamanho diferenciado, como forma de chamar ou atrair a atenção do interlocutor. Além disso, o rol e a ordem de apresentação dos programas sociais denotam o grau de sua importância e abrangência para o público alvo beneficiado.

A ênfase dada, na ordem e na fonte, ao FIES na sequência dos programas apresentados no *post*, justifica-se pelo público a ser atingido, em sua grande parte jovem, e que têm mais acesso e capacidade de mobilizar e propagar informações, bem como por terem perfil de formadores de opiniões nas suas redes de sociabilidade cotidianas, essa verdade demonstrada por esse sujeito que ocupa uma posição de poder privilegiada. É esse lugar social de quem fala que demarca a formação discursiva do sujeito.

Portanto, foi esse lugar que determinou o conteúdo e a composição desse discurso nessa prática discursiva.

Nesse contexto, a reforma da previdência foi tratada como única saída possível para o fim da crise política, econômica e financeira que atravessa o país. O uso da condicional “Se” comprova essa afirmação, pois o enunciador condiciona a manutenção de vários programas sociais à aprovação do projeto de reforma da previdência social.

O uso do “se” também denota chantagem, buscando atingir um público específico, representado pelas camadas mais desfavorecidas da sociedade, que são atendidos pelos programas sociais listados no anúncio. Inclusive, esse público compõe parcela significativa do capital eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), que é contrário à aprovação da reforma da previdência.

Outro ponto interessante, é que o interlocutor, em tom de deboche, faz uso da memória e do interdiscurso ao resgatar o termo “Tchau, querida”, rememorando

uma expressão que foi amplamente veiculado pela imprensa e pelos parlamentares na votação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Nesse contexto, durante o processo de *impeachment*, o “Tchau, querida” representou o afastamento de uma presidente da república eleita, sem a comprovação de ocorrência de crime de responsabilidade, para atender aos anseios da classe política e empresarial. Ao passo que, no anúncio, o “Tchau, Bolsa Família” representa o ataque a um dos programas sociais que mais colaborou com o fim da miséria extrema no país.

Outro ponto que merece ressalva é que o condicionamento da manutenção dos programas do Governo Federal à aprovação da reforma da previdência induz o receptor acreditar que tais fontes de despesa estão alojadas em um mesmo orçamento.

No entanto, a ideia sugerida pelo enunciado é controversa. Afinal, de acordo com o art. 165, 5º, incisos I, II e III, da CF/1988, o Orçamento Geral da União é instituído de forma anual, por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), que é constituída por três peças: o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais e Federais.

Assim, as despesas com a previdência social não estão sequer no mesmo orçamento que os investimentos em estradas e rodovias. Ou seja, a manutenção das regras previdenciárias não influencia na execução do orçamento destinado ao investimento em estradas.

Ademais, a partir de dados da Auditoria Cidadã da Dívida²⁶ e no estudo de Gentil (2006)²⁷, o suposto rombo na previdência social desconsidera a arrecadação global da seguridade social (vide art. 195 da CF/1988), levando em consideração somente as receitas advindas da contribuição previdenciária do trabalhador, gerando o mito do *déficit* para pressionar uma alteração constitucional.

Diante da repercussão negativa provocada pela veiculação da **Figura 1**, a página oficial do PMDB no *facebook* lançou uma nova peça publicitária em favor da reforma da previdência, em 04 de março de 2017²⁸.

²⁶ Disponível em <<https://goo.gl/7miiXz>>

²⁷ Tese de doutorado apresentada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disponível em <<https://goo.gl/544PBS>>

²⁸ <https://goo.gl/msPRi1>

Figura 2: Postagem “Aumentamos o Bolsa Família, ampliamos o FIES...”



Fonte: Facebook do PMDB Nacional.

Disponível em <<https://www.facebook.com/MDBNacional15/>>.

No anúncio, temos a mesma cidade retratada na **Figura 1**, no entanto, com uma composição diferente. Temos agora uma cidade limpa, clara, retratada ao entardecer, com céu azul e poucas nuvens. É possível observar o fluxo de carros, indicando a presença de vida humana neste ambiente. Em contraponto com a **Figura 1**, verifica-se que o veiculador pretende corrigir a repercussão negativa da primeira mensagem publicitária.

Assim, muda-se o cenário de uma cidade em trevas para uma cidade em pleno funcionamento. Além disso, também é visível a mudança na estratégia discursiva no texto.

De início, fica claro que o enunciador abandonou a agressividade e o tom de chantagem em relação ao enunciatário. Não há mais o uso de um condicionante “Se” como estratégia enunciativa. Na imagem 2, o enunciador inverte a ordem dos termos, ao listar suas ações em prol das camadas menos desfavorecidas para, em seguida, ratificar a importância da reforma da previdência na continuidade desse crescimento.

Como forma de inserir o enunciatório em sua pretensão, o enunciador utiliza os verbos na primeira pessoa do plural. Assim, passa-se a ideia de que a reforma da previdência é fruto de uma construção coletiva. Pois, (nós) aumentamos o programa Bolsa Família, (nós) ampliamos o FIES, (nós) retomamos as obras paradas. Logo, por tal linha discursiva, espera-se que as camadas populares passem a apoiar o projeto que “vai garantir o futuro do Brasil”. É uma tentativa de influenciar e conseguir a adesão da opinião pública para aprovação da Reforma da Previdência.

Dessa forma, em um trajeto temático acerca da reforma da previdência, traçado em postagens veiculadas na página oficial do PMDB no *facebook*, foi possível verificar o surgimento de estratégias discursivas totalmente distintas acerca do mesmo tema, em um curto lapso temporal, embora ambas apresentem o discurso do poder de um mesmo sujeito que ocupa uma posição hierárquica socioeconômica favorecida.

Essa proposta analítica articulando o linguístico (verbal) e semiológico (imagens) com suas substâncias (cores) e formas (diagramação, tamanho) reforça o atravessamento histórico que perpassa o discurso e que mobiliza seus efeitos de sentido.

6 CONCLUSÃO

Ao nos confrontarmos com materialidades discursivas em favor da reforma da previdência, veiculadas pela página oficial do *facebook* do PMDB, optamos pela utilização dos conceitos e ferramentas metodológicas da Análise do Discurso de tradição francesa e da Semiologia Histórica, a fim de viabilizar o estudo analítico em questão.

Ao definir o *corpus*, priorizamos os enunciados postados em redes sociais, compreendidas enquanto espaço público (HABERMAS, 2003), que está isento de intermediários ou reguladores e que favorece o exercício de uma democracia direta, com abertura para vozes excluídas e minoritárias.

Na fixação do trajeto temático, optamos por duas postagens veiculadas, nos dias 02 e 04 de março de 2017, pela página oficial do PMDB no *facebook*. Embora considere um curto lapso temporal, foi possível constatar uma regularidade no

objeto tratado (Reforma da Previdência), mas com enorme distanciamento nas estratégias enunciativas e discursivas empregadas pelo enunciador.

Na primeira postagem (Figura 1), a estratégia enunciativa do PMDB foi implantar o medo e insegurança no destinatário. Tal afirmação é facilmente comprovada tanto na análise linguística como semiológica. No campo imagético, o autor retratou uma cidade abandonada e sombria, sem nenhuma espécie de iluminação natural ou artificial, sem o trânsito de pessoas ou automóveis. Em suma, retratou-se o caos, o abandono e a negatividade como possível resultado da não aprovação da Reforma da Previdência.

No âmbito linguístico, a Figura 01 apresentou um enunciado verbal que propaga o medo, por meio da chantagem. O uso do “se” é sintomático nesta estratégia, pois serve unicamente para condicionar a manutenção dos programas sociais à aprovação da reforma da previdência. Além disso, outros aspectos como o uso de caixa alta, de variações no tamanho da fonte e a ordem de abrangência e importância no rol dos programas sociais listados são indicativos desta pretensão valorativa do enunciador.

A veiculação da Figura 2, apenas dois dias após da Figura 1, comprova uma mudança radical na estratégia enunciativa, muito em razão da má repercussão da primeira peça publicitária.

Por meio da segunda postagem, o PMDB passou a apostar uma mensagem publicitária capaz de transmitir uma mensagem positiva, apresentando alguns feitos do novo governo como mecanismo de convencimento para obter aprovação popular em favor da reforma da previdência.

Assim, utilizou-se a mesma cidade retratada na Figura 1, mas em uma nova composição, retratando o entardecer, com céu azul e poucas nuvens, de uma cidade limpa, segura e habitada. No campo da materialidade linguística, também houve alteração na estratégia enunciativa, com a substituição de um tom agressivo pela argumentação. Nesse contexto, a chantagem dá lugar ao convencimento, representado pela listagem de medidas em prol da coletividade.

Em suma, fica evidenciado que o sujeito-enunciador, a partir de sua posição privilegiada, utiliza-se das imagens e enunciados, em diversas estratégias para induzir o olhar do destinatário para a formação de uma (vontade de) verdade que esteja alinhada aos seus interesses políticos e econômicos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, André William Alves de. MARECO. Raquel Tieme Masuda. PASSETI, Maria Célia Cortez. A expressão “sair do armário”: trajeto temático em torno da fórmula discursiva. *Polifonia*. Cuiabá, volume n. 21, edição n. 29, 2014.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e Sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 24. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Revista Fronteiras*, v.7, n.3, p.214-222, 2005.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Revista Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, vol. 4, n. 11, p.11-25, nov. 2007. Disponível em: <https://goo.gl/JYEmgr>. Acesso em 16 de maio de 2017.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). *Discurso, Semiologia e História*. São Carlos/SP: Claraluz, 2011.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

_____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. v.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

LEMOS, L. *O poder do discurso na cultura digital*. 1º JIED – Jornada Internacional de estudos do discurso, 2008.

LEMOS, A.; LÉVY, P. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MARQUES, Welisson. Novos olhares sobre o texto híbrido da mídia impressa. Anais do *SIELP*. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/hb7Z1C>. Acesso em 14 de maio de 2017.

MEDEIROS, J. *Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na internet e participação política*. TransInformação, Campinas/SP, 2013, pág. 27-33.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Tradução de: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, Pontes, 2002.

RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTAELLA, L. *Navegar no ciberespaço: perfil cognitivo do leitor imersivo*. São Paulo: Paulus, 2003

SANTOS, Ivanaldo Oliveira. O método arqueológico de Michel Foucault. In. _____. *Métodos de pesquisa: perspectivas filosóficas*. Mossoró: Edições UERN, 2010, p. 107-153.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Análise do discurso político: semiologia e história. *Actas del XVI Congreso Internacional de la ALFAL (Alcalá de Henares)*, 2011, págs. 1687-1696.

SPADARO, Antonio. *Web 2.0: redes sociais*. São Paulo: Paulinas, 2013.

TELLES, André. *A revolução das mídias sociais*. Cases, conceitos, dicas e ferramentas. São Paulo: M.Books do Brasil, 2011.